



Portugal
Energia



enise

ENTIDADE NACIONAL PARA
O SETOR ENERGÉTICO E.P.E

*Aprovado.
Publicado no
site oficial da
ENSE E.P.E.*

Filipe Meirinho

Presidente do Conselho
de Administração

Relatório de Atividades

UCP | 2021



Reservas
Petrolíferas



Mercado de
Combustíveis



Energia
Elétrica



Energias
Renováveis



Gás Natural



Biocombustíveis

Conteúdo

Unidade de Controlo e Prevenção UCP.....	3
Atividade 2021	4
Departamento de Biocombustíveis DB	6
Departamento de Energia Elétrica e Renováveis DEER.....	9
Departamento de Gás Natural DGN.....	11
Departamento de Produtos Petrolíferos DPP	12
Centro de Coordenação Operacional de Energia CCOE	14

Unidade de Controlo e Prevenção | UCP

O presente relatório de atividades de 2021, dá a conhecer a atividade desenvolvida no âmbito das competências conferidas à Entidade Nacional para o Setor Energética, E.P.E. (ENSE, E.P.E.), por força da aplicação do Decreto-lei n.º 69/2018, de 27 de agosto, em matéria de fiscalização e prevenção do cumprimento da legislação reguladora do exercício de atividades económicas no setor da energia, designadamente nos setores dos combustíveis, do gás de petróleo liquefeito (GPL), da energia elétrica e do gás natural.

Concentrando estas competências na Unidade de Controlo e Prevenção (UCP), unidade fiscalizadora especializada para o setor energético da ENSE, E.P.E., prevista no artigo 19.º-A, alínea b) do Decreto-Lei n.º 69/2018, de 27 de agosto, dotada de recursos humanos especializados de qualidade para o exercício das suas funções.

Neste contexto, a UCP é estruturada (ver Figura 1) conforme o plasmado no artigo 6.º, n.º 2 do Regulamento n.º 35/2019, de 9 de janeiro, referente à Orgânica Interna da ENSE, E.P.E., pelo Departamento de Produtos Petrolíferos (DPP), Departamento de Biocombustíveis (DB), Departamento de Energia Elétrica e Renováveis (DEER) e Departamento de Gás Natural (DGN).

Ainda neste contexto, compete também à UCP a gestão do Centro de Coordenação Operacional de Energia (CCOE), o qual tem como função o suporte dos Chefes de Departamento durante as ações de fiscalização da ENSE, E.P.E., para além do apoio à monitorização da gestão das reservas estratégicas e de emergência nacionais (petróleo bruto e refinados), da competência da Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) da ENSE, E.P.E.

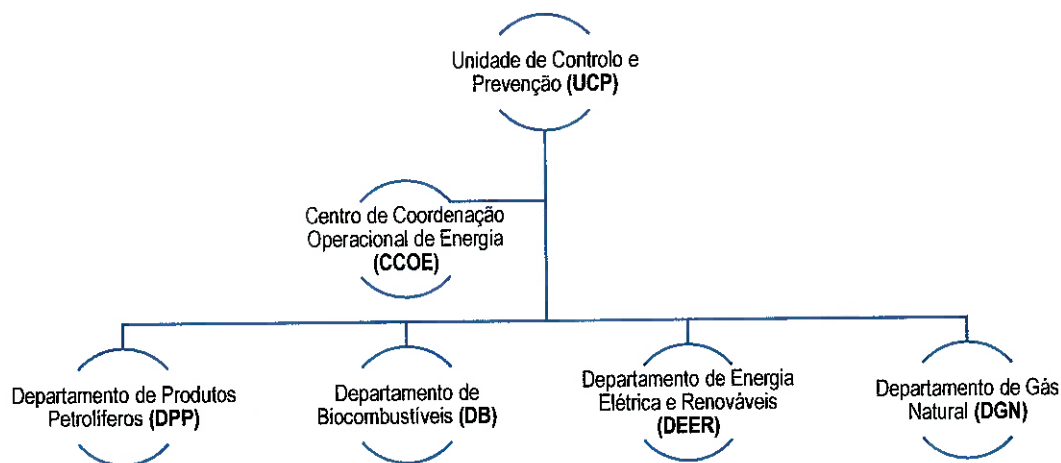


Figura 1 - Organograma da Unidade de Controlo e Prevenção (UCP) da ENSE, E.P.E.

Atividade 2021

A atividade da UCP é dividida em duas vertentes distintas, mas totalmente complementar, por um lado a fiscalização e, por outro, a prevenção, ambas relativamente à atividade do setor energético.

Importa salvaguardar que os resultados da atividade da UCP, agora reportados, são resultados consolidados do ano de 2021, visto que só no início do ano de 2022 é possível apurar parte da atividade realizada, como, por exemplo, o último mês de dezembro, relativamente ao reporte da introdução de biocombustíveis ao consumo, que só em fevereiro é possível aferir. Adicionalmente, importa ainda referir que, existem ligeiras correções aos resultados trimestralmente reportados, fruto de informação provisória, erros de registo ou incorreta interpretação, devido à natural falta de consolidação dos dados, à data reportada pelos diferentes Departamentos que fazem parte da UCP.

O ano de 2021, é marcado novamente pelas restrições decorrentes da Covid-19 e pelo reforço das equipas de fiscalização da UCP. Foi implementado um conjunto de iniciativas para a mitigação dos impactos negativos da pandemia em diversas áreas da sua atuação, principalmente no início do ano, fazendo coincidir o período de confinamento com formação à distância das equipas de fiscalização. Adicionalmente, e apesar dos desafios inerentes, a UCP continuou a trabalhar plenamente de forma presencial, como uma equipa reduzida até março, evoluindo para o desconfinamento total a partir de abril.

É neste quadro introdutório que se dá a conhecer a atividade desenvolvida em 2021 pela UCP, face ao previsto inicialmente e plasmado no Plano de Inspeção e Fiscalização (PIF 2021), aprovado pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração da ENSE, E.P.E., no passado dia 26 de janeiro de 2021.

Inequivocamente, o ano de 2021, foi um ano de transição e adaptação, a todos os níveis, por força da situação da pandemia de Covid-19 em Portugal e pelo reforço das equipas de fiscalização da UCP.

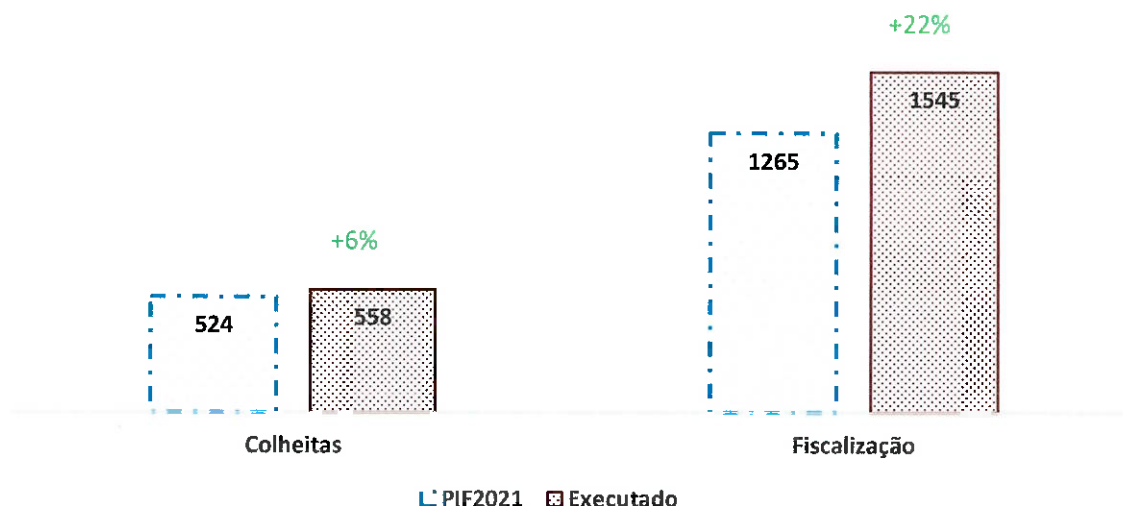


Figura 2 - Comparação entre os valores da atividade prevista no PIF2021 e a atividade realizada em 2021.

Como é possível constatar pela Figura 2, foi possível superar o número de colheitas e ações de fiscalização, com uma taxa de execução respetivamente de +6% e +22%, face ao planeado realizar no PIF 2021.

A redução das restrições relativas à pandemia de COVID-19, como expectável, também teve um impacto significativo no aumento do número de reclamações ocorridas, dado que o consumidor final voltou a frequentar, com, pelo menos, a mesma assiduidade, algumas infraestruturas, como são o exemplo, dos postos de abastecimento de combustível. Assim, o número de reclamações registadas foi superior ao verificado no ano anterior. Verificou-se ainda um aumento no número de acidentes registados. Apesar de não existirem registos nacionais do Instituto Nacional de Estatística, justifica-se que este número possa ser superior, dado que ainda existem entidades a não reportar estas ocorrências, por desconhecimentos das competências da ENSE, E.P.E. em matéria de investigação da causa dos acidentes. Por este motivo, a atividade desenvolvida pela CCOE foi superior, em comparação com o ano transato.

Apesar de 2021 ter sido um ano de adaptação, foi possível compensar a ação da UCP, através de uma presença ainda mais próxima dos operadores, por via dos meios digitais que a ENSE, E.P.E. disponibiliza, reduzindo o tempo de resposta. Adicionalmente, foi possível recolher e atualizar informação na base de dados interna sobre operadores e infraestruturas, aperfeiçoando as ferramentas internas, assim como alargar o conhecimento dos inspetores, através de formação no âmbito do setor energético.

Ainda relativamente aos recursos humanos da UCP, no início do ano em análise, e como anteriormente referido, os Departamentos da UCP foram reforçados com 11 inspetores, para as áreas dos biocombustíveis, eletricidade, produtos petrolíferos e gás natural.

Uma vez mais, a UCP encarou o ano em análise como um ano de oportunidade de crescimento, apesar das dificuldades, ainda sentidas face ao universo de infraestruturas a fiscalizar. Nos capítulos seguintes é possível analisar em melhor detalhe a desagregação da atividade desenvolvida ao longo do ano em análise, desagregado por cada um dos quatro Departamentos e do CCOE que fazem parte da UCP.

Departamento de Biocombustíveis | DB

A ENSE, E.P.E., no âmbito do setor dos biocombustíveis, bem como no quadro do objetivo comunitário de incorporação de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final de energia nos transportes, é responsável pela avaliação do cumprimento das metas nacionais vinculativas de incorporação de biocombustíveis, em teor energético. A legislação nacional determinou critérios para a qualificação dos biocombustíveis como sustentáveis, visto que, só os biocombustíveis que cumprem estes critérios europeus (Diretivas Europeias), são contabilizados para as metas nacionais de incorporação, a que Portugal se propôs em matéria de energias renováveis, no consumo final do setor dos transportes. Neste quadro, a ENSE, E.P.E. e os operadores económicos nacionais, têm contribuído ativamente para que Portugal acompanhe o cumprimento das metas europeias, relativas aos biocombustíveis, em particular, ao nível do cumprimento dos critérios de sustentabilidade e respetivas percentagens de incorporação.

No âmbito do setor nacional dos biocombustíveis, foi publicado o Decreto-Lei n.º 8/2021, de 20 de janeiro, que definiu a meta de 11%, em teor energético, de incorporação de biocombustíveis para o ano de 2021. Foi ainda, definida a submeta de incorporação de biocombustíveis avançados de 0,5%, beneficiando esta categoria de biocombustíveis, da isenção total de impostos (ISP), como previsto no artigo 385.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2021. Esta medida contribuiu decisivamente para que o perfil de incorporação de biocombustíveis em Portugal diferisse dos anos anteriores relativamente à sua origem. A análise comparativa relativa ao ano anterior, mostra que o valor de importação de biocombustíveis, incorporados em território nacional em 2021, foi cinco vezes superior ao valor obtido em 2020. Assim, em 2021 foram importadas 119 609 tep de biocombustíveis sustentáveis, valor que em 2020 não ultrapassou as 21 375 tep (Tabela 1).

As médias ponderadas de incorporação física de biocombustíveis em teor energético, aferidas mensalmente, mostram que tal como nos anos anteriores, estiveram muito longe do objetivo nacional, previstas no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 8/2021, de 20 de janeiro, tendo-se fixado em 6,38% a média anual de incorporação física de biocombustíveis para o ano de 2021 (Teor Energético). Em 2021, foi fixa a quota máxima de incorporação de biocombustíveis convencionais, não podendo esta, ser superior a um ponto percentual da percentagem incorporada em 2020. O valor deste teto máximo foi fixo em 3,1% em teor energético (Figura 3).

Adicionalmente, a incorporação física foi superior em todas as categorias de biocombustíveis, refletindo, essencialmente, a subida pronunciada da importação de biocombustíveis e da incorporação de biocombustíveis avançados ao longo do ano análise, sendo que estes últimos desempenham um papel particularmente importante, por representarem uma maior redução de GEE, relativamente aos combustíveis fósseis de que são substitutos.

Neste contexto, o DB realizou 18 ações de fiscalização a incorporadores e produtores de biocombustíveis, no entanto, grande parte dos recursos deste departamento foram desviados para a análise dos dados reportados mensalmente pelos operadores e apoio direto ao setor.

Em conjunto com outras entidades nacionais, com competências no setor, foram desenvolvidos trabalhos de revisão da legislação nacional em vigor, assim como a transposição da revista Diretiva (EU) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, relativa à promoção da utilização de energia de fontes renováveis (RED II).

Os valores de incumprimento das metas de incorporação de biocombustíveis, avaliados numa base trimestral, continuam a aumentar, sendo o perfil idêntico aos observados nos anos anteriores. Em média, por trimestre, foram instaurados 6 processos administrativos, no montante de 10 milhões de euros.

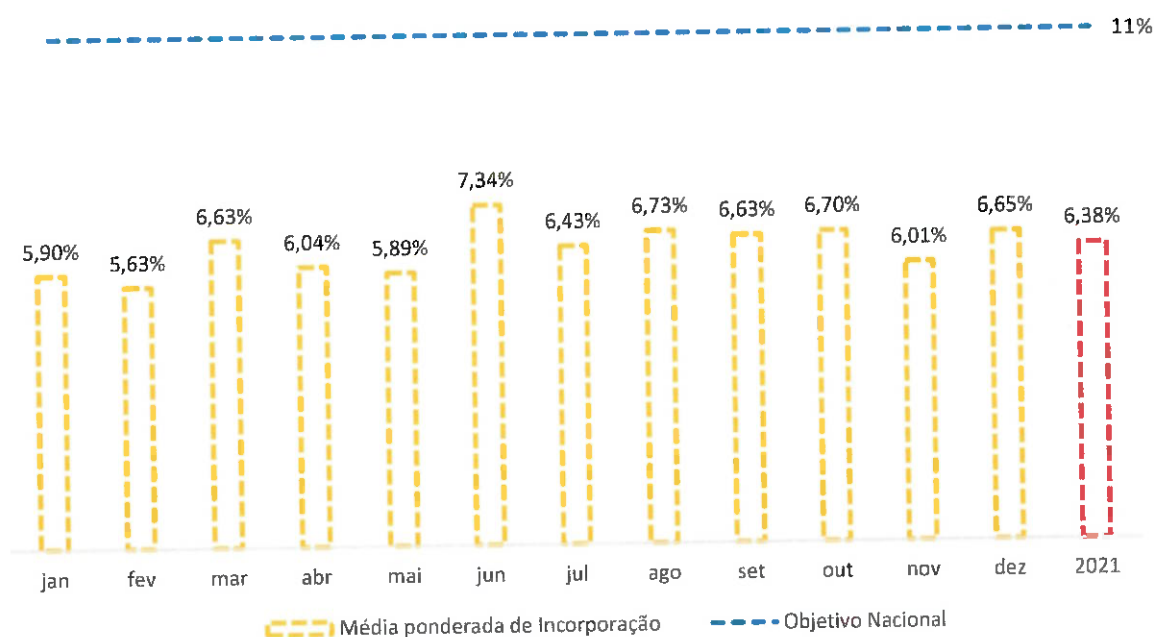


Figura 3 - Incorporação física mensal e para o ano de 2021, de biocombustível em teor energético.

Em 2021, foram introduzidas ao consumo 5 331 483 tep e 593 222 títulos de biocombustíveis (TdB) transacionados, tendo gerado uma receita anual na importância de 314 558,40 € (trezentos e catorze mil quinhentos e cinquenta e oito euros e quarenta cêntimos). A desagregação trimestral destes valores é apresentada na Figura 4.

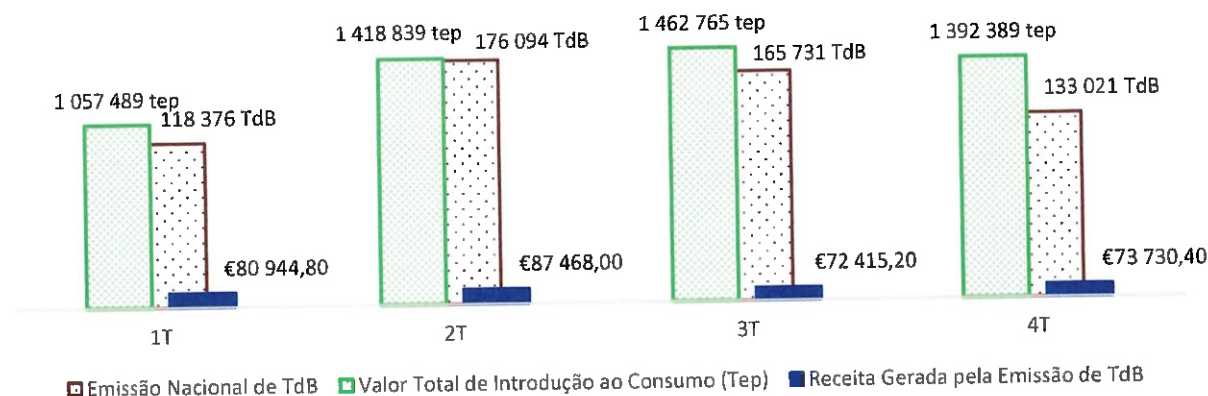


Figura 4 - Evolução trimestral dos principais indicadores de introdução ao consumo de tep e emissão de TdB.

Visando conhecer melhor a categoria de TdB e a sua origem, foi desagregado o valor de TdB, constatando que os TdB emitidos para biocombustível substituto do gasóleo (TdB-D) e os TdB emitidos para biocombustível de origem residual, os de dupla contagem (TdB-DC), representam a maioria destes títulos, como é possível observar na Tabela 1.

Importa referir que 64% dos TdB têm origem nacional e apenas 36% são importados. No entanto, quando se analisa os TdB-A emitidos para os biocombustíveis avançados incorporados em Portugal, verifica-se que a importação é cerca de duas vezes superior à emissão de TdB-A a biodiesel nacional (Tabela 1).

	1T	2T	3T	4T	2021	%
Produção Nacional (TdB)	99 598 TdB	100 573 TdB	99 055 TdB	78 791 TdB	378 017 TdB	64%
TdB emitido para biocombustível substituto do gasóleo (TdB-D)	57 138 TdB	51 582 TdB	48 979 TdB	36 327 TdB	194 026 TdB	51%
TdB emitido para biocombustível avançados ¹ (TdB-A)	4 455 TdB	6 813 TdB	7 122 TdB	7 526 TdB	25 916 TdB	7%
TdB emitido para biocombustível de origem residual (TdB DC)	37 980 TdB	42 178 TdB	42 938 TdB	34 938 TdB	158 034 TdB	42%
TdB emitido para biocombustível substituto de gasolina (TdB-G)	25 TdB	-	16 TdB	-	41 TdB	0%
Importação (TdB)	18 778 TdB	75 521 TdB	66 676 TdB	54 230 TdB	215 205 TdB	36%
TdB emitido para biocombustível substituto do gasóleo (TdB-D)	9 377 TdB	25 222 TdB	6 388 TdB	9 652 TdB	50 639 TdB	24%
TdB emitido para biocombustível substituto de gasolina (TdB-G)	915 TdB	3 351 TdB	5 757 TdB	4 980 TdB	15 003 TdB	7%
TdB emitido para biocombustível avançados (TdB-A)	53 TdB	14 633 TdB	25 102 TdB	15 066 TdB	54 854 TdB	25%
TdB emitido para biocombustível de origem residual (TdB DC)	8 433 TdB	32 315 TdB	29 429 TdB	24 532 TdB	94 709 TdB	44%
Total (TdB)	118 376 TdB	176 094 TdB	165 731 TdB	133 021 TdB	593 222 TdB	

Tabela 1 - Desagregação da origem dos TdB emitidos para biocombustíveis.

Na Tabela 2, é possível verificar, com maior detalhe, o número de documentos produzidos pelo DB durante o ano de 2021, totalizando 292 documentos e, na Tabela 3, o número de processos tratados durante o ano em avaliação (72 processos).

Tipo de documento produzido	Quantidade
Informação interna	63
Email	19
Ofício	83
Carta de Audiência	26
Notificação conclusão instrução	26
Relatório Final	14
Parecer para o gabinete do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Energia	1
Mod. A1 UCP/URP - Relatório Trimestral de Fiscalização - Operadores Obrigados SPN	5
Pronúncia Jurídica	5
Mod. 13 Ed01 Rev06 - Relatório de Inspeção - PA	2
Mod. 46 Ed01 Rev04- Comunicação de não conformidades em fiscalização e envio de documentos	2
Mod. 47 Ed01 Rev04 - Comunicação de realização de fiscalização (conforme)	2
Denúncia	1
Autos de Contraordenação	5
Processos de Avaliação de Cumprimento de metas de Incorporação	40
Total de documentos produzidos:	292

Tabela 2 – Total de documento produzidos pelo DB ao longo do ano de 2021.

Tipo de Processos	Quantidade
Fiscalização DB	18
Processo Incumprimento	26
Compensação por Incumprimento	26
Averiguação	2
Total de processos:	72

Tabela 3 – Total de processos tratados pelo DB ao longo do ano de 2021.

¹ TdB emitidos a biocombustíveis cujas matérias-primas residuais utilizadas na sua produção estão listadas no Anexo IV parte A do Decreto-Lei n.º 8/2021, de 20 de janeiro

Departamento de Energia Elétrica e Renováveis | DEER

A atividade do DEER ficou marcada pelo salto qualitativo e quantitativo alcançado ao longo de 2021, com a chegada de novos inspetores, criando uma dinâmica eficaz com orientação para resultados, em benefício de imagem da ENSE, E.P.E., junto dos operadores e intervenientes do setor da energia elétrica. Contudo, está identificada a necessidade contínua de planeamento da atividade para os próximos anos, dado que a eletricidade é uma área em franca expansão, a nível nacional e europeu, por força da necessidade de aumento da eletrificação das economias nacionais, carecendo assim maior investimento no planeamento de estratégia de atuação, assim como na elaboração e implementação de ferramentas que permita a sua atuação, junto dos diferentes operadores, de forma eficaz e independente.

O ano em análise fica também marcado pelo início da integração de informação entre as bases de dados da ENSE, E.P.E. e da MOBI.E, relativa aos pontos de carregamento de veículos elétricos, a qual irá permitir a agilização dos processos de fiscalização no âmbito do Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de abril, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica. Ainda relacionado com a mobilidade elétrica, o DEER reuniu para o desenvolvimento e atualização da legislação atual, com regularidade quinzenal, com a entidade reguladora, a entidade licenciadora e entidade gestora da rede de mobilidade elétrica.

Adicionalmente, o DEER participou em 6 grupos de trabalho externos no âmbito da energia elétrica e criados canais de comunicação entre a ENSE, E.P.E. e o Operador da Rede de Distribuição (ORD), nomeadamente com a E-REDES e também com o Operador da Rede de Transporte (ORT), a REN, no âmbito da agilização na obtenção de documentação no suporte às ações de fiscalização, nomeadamente sobre as Garantias de Origem.

Ao longo do ano em análise, foram efetuadas 332 ações de fiscalização, que, apesar das incertezas próprias do ano a que se reporta o presente relatório, foi possível atingir os objetivos traçados pelo DEER e previstos no PIF2021 (150 ações de fiscalização), tendo inclusive superado o número de ações de fiscalização inicialmente previsto para qualquer categoria de infraestrutura, na proporção apresentada na Figura 5.

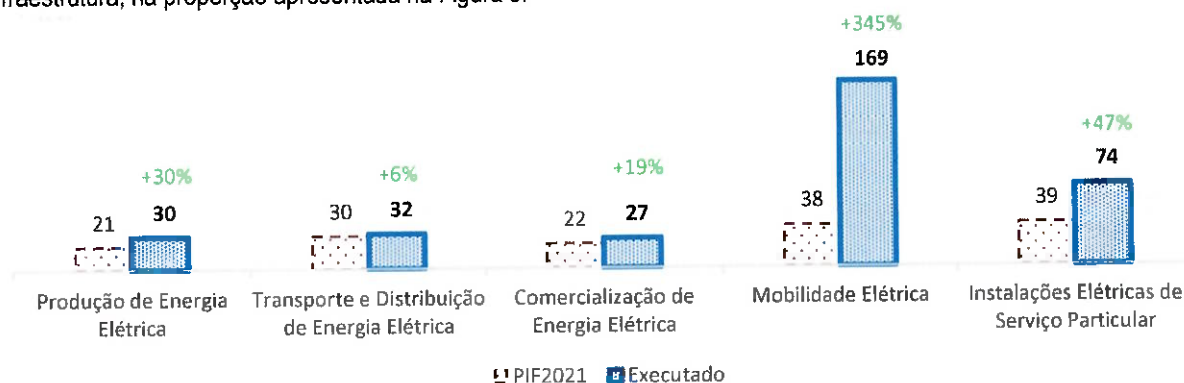


Figura 5 - Comparação das ações de fiscalização realizadas no DEER com o previsto no PIF 2021.

Na sequência das ações de fiscalização realizadas, o DEER já promoveu o levantamento de 80 autos de notícia, dos quais, 44 no setor da mobilidade elétrica, 27 no âmbito das instalações elétricas de serviço particular e 9 no setor de transporte e distribuição de energia elétrica.

O DEER emitiu ainda 287 relatórios no desempenho das suas funções, registou no *FileDoc* 1 836 comunicação por correio eletrónico e apoiou o CCOE, no âmbito da análise das reclamações recebidas (31) e acidentes investigados (29).

Na Figura 6 é apresentado um resumo das principais atividades do DEER em 2021.

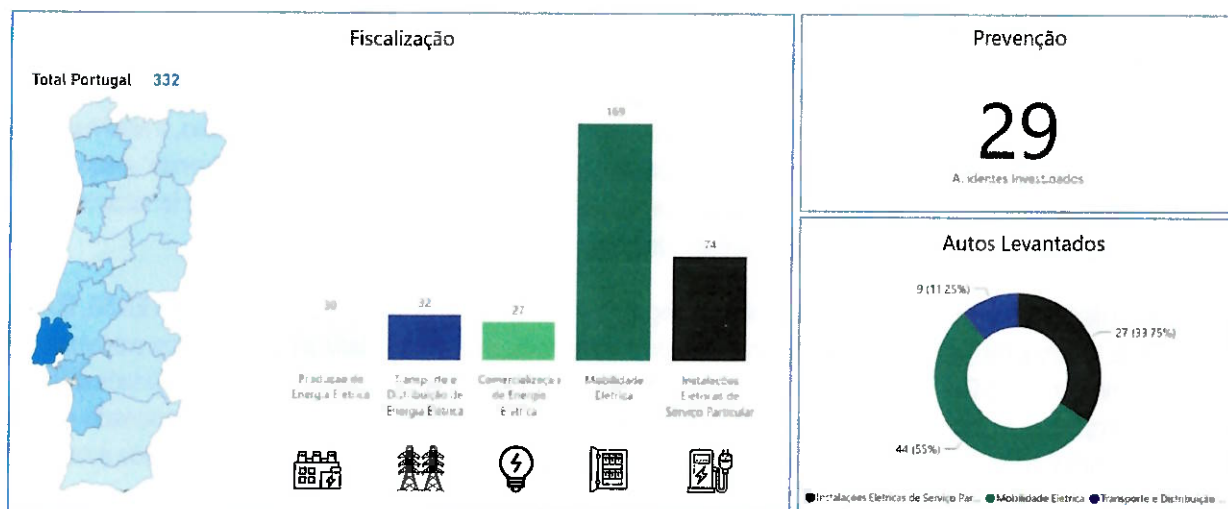


Figura 6 – Principais atividades desenvolvidas no DEER no ano de 2021.

Na Tabela 4, é detalhado o número de documentos elaborados pelo DEER ao longo do ano a que reporta a análise do presente relatório, totalizando 1 080 diferentes documentos.

Tipos de documentos	Quantidades
Relatórios de Fiscalização	287
Informações internas	228
Ofícios de saída	94
Autos Levantados	80
Reclamações analisadas	31
Pedidos de Esclarecimento	16
Propostas de Melhoria	6
Total de tarefas produzidas	1 080

Tabela 4 – Total de tarefas efetuadas pelo DEER ao longo do ano de 2021.

Departamento de Gás Natural | DGN

O DGN continuou a desempenhar as suas atividades com uma reduzida composição, acrescentado às dificuldades já referidas do ano a que se reporta. No entanto, o DGN reforçou as suas áreas de atuação, iniciando em 2021, a fiscalização de Postos de Enchimento de Gás Natural Veicular (GNV) e a fiscalização de Estações de Regulação e Medição (ERM) da Distribuição de Gás Natural (GN).

Ao longo do ano de 2021, foi possível realizar 130 ações de fiscalização, +117% superior ao valor previsto no PIF 2021. Das ações de fiscalização realizadas, resultaram 123 relatórios.

Adicionalmente, foi dado apoio ao CCOE, na investigação da causa de 2 acidentes e foram ainda realizadas mais 8 auditorias, do que as propostas, perfazendo um total de 12, ver Figura 7.

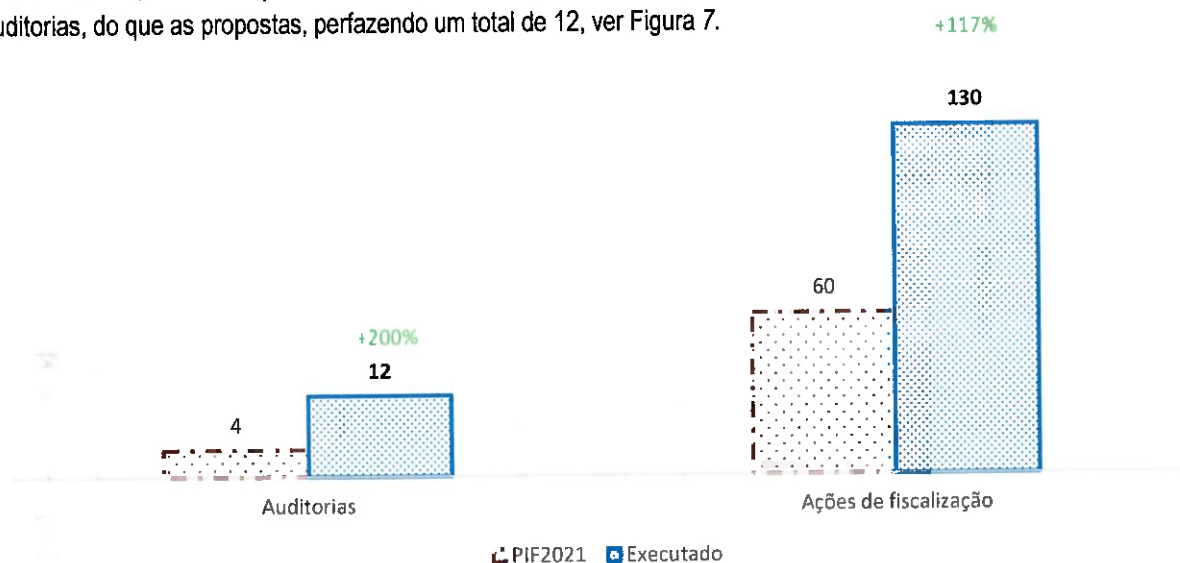


Figura 7 - Número de atividades realizadas pelo DGN face ao previsto no PIF 2021.

Na Tabela 5, é possível verificar, com maior detalhe, o número de documentos que o DGN produziu ao longo do ano de 2021, totalizando 155 documentos.

Tipo de documentos	Quantidade
Fiscalização UAG's dedicadas	54
Fiscalização UAG's rede	52
Fiscalização Postos de GNV	18
Análise de Armazenagem/Reservas	12
Condutas GN – Estações de Regulação e Medição	6
Averiguação Reclamações/Denúncias	0
Averiguação de Acidentes	2
Autos	11
Total de tarefas executadas	155

Tabela 5 – Total de documentação produzida pelo DGN, desagregada por tipologia, ao longo do ano de 2021.

Departamento de Produtos Petrolíferos | DPP

A atividade do DPP foi superada face ao plasmado no PIF 2021, beneficiando da diminuição das restrições impostas por força da pandemia.

Durante o ano de 2021, o DPP iniciou uma nova área de fiscalização de reservatórios de GPL com capacidade inferior a 200 m³. A ENSE, E.P.E., para a qual obteve a extensão da Acreditação pelo IPAC, segundo a norma internacional NP EN ISO/IEC 17020:2013.

Face ao PIF 2021, foram realizadas mais oito auditorias do que as propostas no PIF 2021, no âmbito das reservas quer de operadores, quer das detidas pelo estado português, perfazendo um total de 22 auditorias. Foram ainda efetuadas +12% das colheitas de amostra de combustível e +7% das ações de fiscalização previstas realizar no PIF 2021, ver Figura 8.

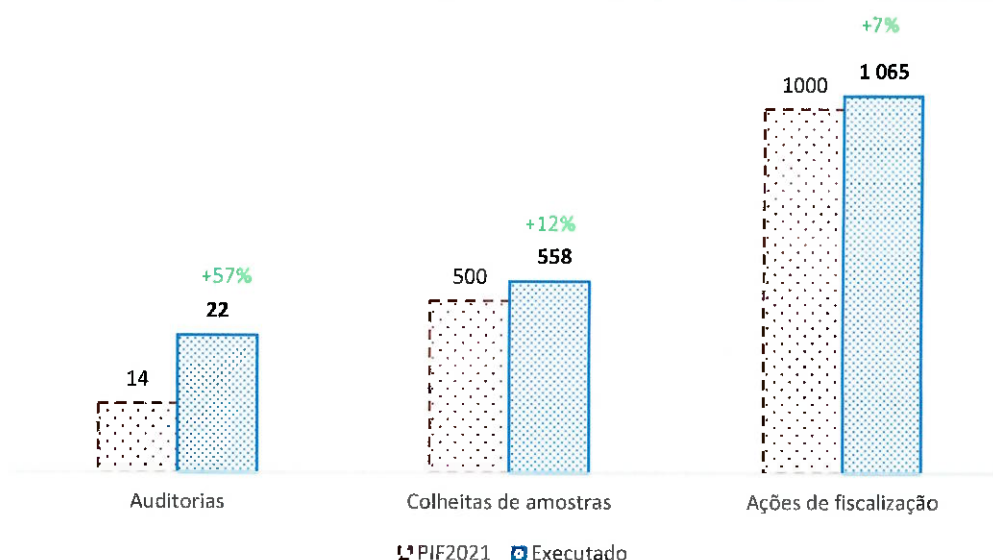


Figura 8 – Número de atividades realizadas pelo DPP face ao previsto no PIF 2021.

Na sequência das ações de fiscalização realizadas, o DPP levantou 387 autos de notícia em 2021, emitiu 940 relatórios no desempenho das suas funções, incluindo no apoio prestado ao CCOE, no âmbito das causas de acidentes investigados (14).

O número de colheitas efetuadas, nomeadamente as no âmbito do sistema europeu de controlo da qualidade dos combustíveis (FQMS), tiveram grande incidência nos combustíveis rodoviários (97%), no entanto, pode ser consultada na Tabela 6 a desagregação ao longo dos trimestres e por tipo de combustível.

	1T	2T	3T	4T	2021	%
Combustível Náutico	8	-	-	-	8	1%
Gasolina	-	-	-	-	-	0%
Gasóleo	6	-	-	-	6	75%
Gasóleo Verde para Pesca/Turismo	2	-	-	-	2	25%
Combustível Rodoviário	153	330	60	-	543	97%
Gasolina Simples 95	62	139	25	-	226	42%
Gasolina 95 Aditivada	3	10	4	-	17	3%
Gasolina 98	6	7	-	-	13	2%
Gasóleo Simples	60	138	16	-	214	39%
Gasóleo Aditivado	22	36	15	-	73	13%
Combustível Marcado	2	5	-	-	7	1%
Gasóleo de Aquecimento	-	-	-	-	-	0%
Gasóleo Verde	2	5	-	-	7	100%
Outros Produtos	-	-	-	-	-	2%
Solventes	-	-	-	-	-	0%
Total de colheitas	163	335	60	-	558	

Tabela 6 - Desagregação do número de colheitas efetuadas por tipo de combustível ao longo do ano de 2021.

Adicionalmente, foi reforçada a competência dos inspetores do DPP, através de formação interna e externa, assim como, nos períodos de trabalho à distância, quando era recomendado a não frequência da sede da ENSE, E.P.E., foi feito um trabalho exaustivo de revisão e melhoramento dos dados existentes nas bases de dados da ENSE, E.P.E., ano nível das infraestruturas relacionadas com produtos petrolíferos.

Importa reforçar, que o ano 2021, foi um ano com restrições que impactaram o desempenho do normal planeamento das atividades do DDP. No entanto, foram efetuados todos os esforços possíveis para o cumprimento do planeado com o rigor que as competências da ENSE, E.P.E. assim o exigem.

Na Tabela 7, é possível verificar com maior detalhe o número de documentos que o DPP produziu durante o ano de 2021 totalizando 1 899 documentos.

Tipo de documentos	Quantidade
Relatórios de Inspeção DPP	940
Notificação de fiscalização	888
Pedidos de esclarecimentos e Relatórios de Acidentes	18
Relatórios de Averiguação de Reclamação	19
Relatórios de Averiguação de Denúncia	2
Envio de Autos Notícia por especulação	4
Relatórios Trimestrais Reservas Operadores Obrigados	4
Relatórios Trimestrais Monitorização CCOE/PolNato	4
Relatórios Mensais – Qualidade e Segurança - Reservas PolNato	12
Relatórios de Fiscalização de Reservas	8
Total de documentos produzidos:	1 899

Tabela 7 – Total de documentação produzida pelo DPP, desagregada por tipologia, ao longo do ano de 2021.

Centro de Coordenação Operacional de Energia | CCOE

Sendo o CCOE, uma ferramenta estratégica e operacional em situação de crise energética, importa estar sempre preparada para dar resposta em eventual necessidade. Neste sentido, o CCOE permaneceu presente junto dos operadores e do consumidor final. Em paralelo, diariamente, apoiou a URP da ENSE, E.P.E., na monitorização da gestão e mobilização de reservas de petróleo bruto e de produtos de petróleo, a título de reservas estratégicas, assegurando as funções de entidade central de armazenagem nacional.

Neste sentido, foi reforçada a equipa de apoio ao CCOE, com elementos do DPP e do DEER, assim como foram realizados diferentes simulacros, com o objetivo interno de testar a operacionalidade do CCOE, preparar os inspetores, criar rotinas de comportamento e de atuação e, em sequência, aperfeiçoar os procedimentos já estabelecidos.

No cenário vivido ao longo de 2021, para além do habitual acompanhamento do CCOE, às equipas de inspetores na realização das ações de fiscalização no âmbito dos diferentes departamentos da UCP, houve ainda um especial acompanhamento no esforço da fiscalização ativa no âmbito das determinações, por parte do governo, em medidas, garantes do fornecimento de energia (eletricidade e gás natural) e do fornecimento de combustíveis líquidos e de gás de petróleo liquefeito (GPL).

Adicionalmente, e no âmbito das reclamações recebidas ao longo de 2021, o CCOE, com o apoio dos diferentes departamentos da UCP, registou e analisou mais de 2 800 reclamações, como apresentado na Tabela 8.

Reclamações recebidas	1T	2T	3T	4T	2021
Livro de Reclamações Eletrónico/Físico	480	645	710	1 002	2 837

Tabela 8 - Reclamações recebidas e analisadas por trimestre do ano de 2021

Importa referir que o número de reclamações foi 40% superior ao número de reclamações no ano de 2020, muito por força da diminuição das restrições de circulação de pessoas, aumentando assim a necessidade de acesso aos postos de combustíveis, infraestruturas que são tipicamente alvo de elevado número de reclamações.

Já no âmbito da investigação das causas de acidentes no setor energético, registou-se um aumento muito significativo face aos valores obtidos em 2020, muito devido ao reporte de entidades externas dos acidentes ocorridos e que, infelizmente, não eram devidamente reportados a esta entidade. Assim, o número de acidentes reportados, bem como o número de acidentes onde houve necessidade de investigação das suas causas, são apresentados na Tabela 9, desagregados pela categoria de fonte energética. Importa referir que as investigações foram realizadas pelos inspetores de cada um dos departamentos da UCP.

	2021	Biocombustíveis	Eletricidade	Gás Natural	Produtos Petrolíferos
Acidentes reportados	46	1	29	2	14
Acidentes Investigados	46	1	29	2	14

Tabela 9 - Número de acidentes registados e investigados pela ENSE ao longo de 2021.

O CCOE tem dado passos firmes na consolidação da sua utilidade para o setor, evoluindo de forma clara, em especial na operacionalização e monitorização desmaterializada e automática das causas de acidentes, do acompanhamento dos postos de abastecimento da Rede de Emergência de Postos de Abastecimento (REPA), e, em especial, no apoio da URP da ENSE, E.P.E., na monitorização da gestão e mobilização de reservas de petróleo bruto e de produtos de petróleo, a título de reservas estratégicas, assegurando as funções de entidade central de armazenagem nacional.



Lisboa, fevereiro de 2021

Entidade Nacional para o Setor Energético – E.P.E.

Unidade de Controlo e Prevenção



Fernando Alves Pinto
Chefe da UCP
Unidade de Controlo e Prevenção

Aprovado por: